

ACORDOS INTERNOS DE TRABALHO

PROFESSORES AGUARDAM AGENDAMENTO DE REUNIÃO PARA ASSINATURA DE NOVO TEXTO FUNCIONÁRIOS REALIZAM NEGOCIAÇÃO E DEVEM RECEBER NOVA MINUTA DA FUNDASP

Prosseguiram nesta semana as negociações para assinaturas de novos acordos internos de trabalho para os professores e funcionários da PUC-SP. A APROPUC fechou um texto com o secretário-executivo da Fundasp, Pe. Rodolpho Perazzolo, onde foram negociadas as cláusulas que devem sofrer modificações. A diretoria da associação está aguardando o agendamento de reunião para a assinatura do texto com a mantenedora. Esse texto final deverá contar ainda com as assinaturas da reitora e do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo.

Já os funcionários, após as delibera-

ções de sua assembleia, reuniram-se novamente com o secretário-executivo que se comprometeu a responder às reivindicações dos funcionários administrativos, tanto dos campi de São Paulo e Sorocaba, como dos trabalhadores do Hospital Santa Lucinda.

A diretoria da AFAPUC também se reuniu com a reitora Maria Amalia Andery para tratar especificamente da possibilidade de trabalho em home office para setores da universidade. A reitora deve reunir-se na próxima semana com os funcionários para discutir a questão do credenciamento da universidade junto ao MEC.

Reajuste do ensino superior

A Comissão de negociação dos sindicatos do ensino superior vem realizando reuniões com as mantenedoras para uma nova proposta de acordo salarial. Os patrões do ensino superior se comprometeram, na semana passada, a avançarem na proposta econômica apresentada anteriormente, na tentativa de se chegar a um consenso. Até o fechamento desta edição não foram divulgados os resultados desta negociação, que deverão redundar em agendamento de nova assembleia da categoria para discutir a questão.

professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

APROPUC



AFAPUC

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

Direita realiza ataques contra conquistas constitucionais

Apesar da vitória das esquerdas elegendo Lula presidente em 2022, o Congresso brasileiro que emergiu destas eleições é um dos mais reacionários da história democrática do país.

Os congressistas de direita orquestram hoje ataques contra os indígenas e trabalhadores sem terra, visando marginalizar ainda mais essas populações privando-as dos mínimos direitos constitucionais.

A aprovação do PL 490, designado como marco temporal pela Câmara Federal representa uma ameaça inusitada aos povos indígenas pois exclui a possibilidade de demarcação de terras indígenas daqueles que não estavam nelas até o dia da promulgação da Constituição, no dia 5 de outubro de 1988.

A aprovação de semelhante ameaça representa o avanço do agronegócio sobre territórios hoje ocupados pelos povos originários, permitindo a exploração de recursos hídricos, energéticos, minerais e de instalação de infraestrutura nos territórios tradicionais.

Para Sonia Guajajara que comanda o Ministério dos Povos Originários “O PL 490 representa um genocídio legislado porque afeta diretamente povos indígenas isolados, autorizando o acesso deliberado em territórios onde vivem povos que ainda não tiveram nenhum contato com a sociedade, nem mesmo com outros povos indígenas, cabendo ao Estado

brasileiro atuar também pela proteção dos territórios onde vivem estes povos”.

O projeto deve passar pelo Senado e ainda existe uma ação de inconstitucionalidade a ser julgada no dia 7 de junho no Supremo Tribunal Federal.

Criminalização do MST

Por outro lado a chamada CPI do MST é mais uma tentativa das bancadas reacionárias do Congresso Nacional de criminalizar os movimentos sociais e abrir espaço para a ação indiscriminada do capital na exploração de nossos recursos naturais.

Trata-se de uma farsa sem precedentes que serve de palco a uma das figuras mais nefastas da política brasileira, o governador de Mato Grosso Ronaldo Caiado ex-líder da União Democrática Ruralista, UDR, que profere todos os dias acusações infundadas aos trabalhadores rurais sem terra.

A bancada do agronegócio

Cobrança da reitoria causa revolta entre professores

A PUC-SP deverá receber este mês uma visita do MEC para o credenciamento da universidade. Uma das exigências do Ministério refere-se à documentação de professores e funcionários para que a universidade tenha condições de funcionar plenamente.

Ocorre porém que a reitoria está enviando aos docentes

uma tentativa de criminalizar aqueles que lutam por um pedaço de terra, tentando aumentar cada vez mais seus lucros. As vozes que se levantam contra essa farsa gigantesca são caladas pela organização da CPI que já cortou por três vezes o microfone da deputada Samia Bonfim, do PSOL, que vem denunciando os crimes do agronegócio. A deputada lembrou que Caiado tem “relações íntimas” com um empresário da indústria química que foi indiciado, em 2000, pela CPI do Narcotráfico, após ser flagrado “operando refino de cocaína”. De acordo com a deputada, o empresário foi um dos maiores financiadores das campanhas de Caiado. “Ele vai lá, e acusa o MST de ser narcotraficante”.

Reação da sociedade civil

Porém movimentos sociais já articulam reações a esses ataques da direita truculenta. Nesta semana em São Paulo os indígenas Guarani bloquearam a rodovia dos Bandeirantes

protestando contra a PL 490, sendo duramente reprimidos pela polícia de Tarcísio de Freitas, governador eleito pelos setores mais reacionários da sociedade paulista e que contou com o apoio de Jair Bolsonaro.

Em várias localidades do país ocorreram manifestações contra a aprovação do Marco Temporal e estas manifestações devem se intensificar nas próximas semanas quando o Senado e o STF devem votar o PL. Na PUC-SP estava programada uma manifestação na Prainha, organizada pelo Programa Pindorama, o curso de Ciências Socioambientais, na sexta-feira, 02/6.

A APROPUC e a AFAPUC se colocam contra a aprovação do Marco Temporal e a criminalização do MST e esperam que os parlamentares e juízes que realmente defendem os interesses do povo brasileiro se posicionem contra os latifundiários que de maneira criminosa procuram atacar trabalhadores e povos indígenas.

uma comunicação ameaçadora informando aos docentes que “a falta de documentação em sua pasta implicará em notificação e registro em seus prontuários”.

A APROPUC recebeu comunicação de vários professores que enxergaram nessa cobrança uma forma de assédio moral da direção da universidade. Em

nenhum momento os docentes desta PUC-SP, bem como a sua entidade representativa, se negaram a cumprir as exigências legais que fazem esta universidade funcionar de maneira adequada. Porém, esse tipo de cobrança fere os princípios democráticos e de convivência acadêmica que sempre nortearam nossas atividades.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Jason T. Borba, Pedro Henrique Carneiro, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

FALA COMUNIDADE

Com racismo não tem jogo. Será ???

Fernando AC

Ao longo da história, o racismo foi a fundamentação dos privilégios das elites e das adversidades das classes subalternas. Agora ele se reconstrói como aparelho de dominação, numa conjuntura internacional de crescente xenofobia, racismo, discriminações e generalizações contra imigrantes e refugiados, são recorrentes os questionamentos sobre como mudar esse quadro e acerca do papel e do posicionamento nessas relações, somente admitindo-se o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado ambivalente, ou seja, o racismo tem, portanto, um conteúdo de dominação, não apenas étnico mas, também, ideológico e político. Em termos históricos, é possível compreender o combate à intolerância e ao racismo como resultado da formulação do liberalismo ensejador da supressão de discriminações entre os sujeitos pela desigualdade de direitos em torno dos estamentos sociais. Embora o ideário liberal e iluminista não seja a única fonte de uma ideia de igualdade, é nesse período que se reafirma e se notabiliza a presença de direitos naturais de igualdade, já anteriormente elevados, porém não reconhecidos.

A repercussão dos ataques racistas direcionados ao atacante Vinicius Júnior, do Real Madrid, no duelo com o Valência pelo Campeonato Espanhol é só mais um caso do racismo nosso de cada dia, em 1 ano e 7 meses, Vinicius Júnior já sofreu pelo menos dez insultos racistas. Um boneco com sua camisa foi pendurado em uma ponte de Madri, antes do clássico entre Real Madrid e Atlético

de Madrid, em janeiro, pela Copa del Rey.

Semanas atrás, foi chamado de “mono” (macaco, em espanhol) pela torcida do Valencia, indignou-se, cobrou providências, levou um mata-leão de um adversário, reagiu e foi expulso. Diante da repercussão mundial do caso, que motivou protestos da ONU, do primeiro-ministro da Espanha e do governo brasileiro, o cartão foi cancelado, e o Valencia, multado em 45 mil euros e cinco jogos sem torcida no setor Sul, o racismo contra Vinicius Junior é o espelho dos valores e procedimentos de parte da sociedade espanhola, que muitas vezes confere ao atacante brasileiro o papel de vilão da história, ou seja, a vítima é mais violentada que o agressor. O que se vê hoje é também o efeito da permissividade diante de atos racistas e da consequente impunidade, ouvir pessoas entoando preconceito e até pedindo a morte do atleta não incomoda tanto quanto a dança ou o drible dele. Recentemente, aqui no Brasil, mais precisamente, em janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.532, que tipifica a injúria racial como crime de racismo, que já era considerado delito no país, pela Lei 7.716, de 1989. O Regulamento Geral de Competições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para 2023 indica punição a casos de discriminação, que pode variar de uma advertência até a perda de pontos, é o início de uma tentativa na busca de erradicar o preconceito racial no nosso país, porém, é de fundamental importância aprofundarmos os dispositivos legais para a real aplicação. Coincidência ou não, os atos racistas avançaram de maneira desproporcional depois da ascensão da extrema - direita ao redor do mundo, e

reflete anos e anos de leniência das autoridades com o racismo. O racismo é uma vertente do pensamento, ou da maneira de pensar e agir em que se confere grande importância à concepção da existência de raças humanas diferentes e superiores umas às outras, na qual, existe a certeza de que algumas pessoas e sua relação entre características físicas, hereditárias, e traços de personalidade, intelectuais ou mesmo manifestações culturais, são superiores a outros. No século XIX, houve uma tentativa científica para provar a superioridade racial por meio da obra do Conde de Gobineau e Alfred Rosenberg, nas obras destes autores havia a argumentação (que eu prefiro chamar de psicodelia argumentativa) categórica, que a raça ariana tem a matriz na aristocracia que imperou na civilização européia e, na qual, os descendentes eram os senhores naturais das outras raças inferiores, ou seja, o racismo é um multiplicador ideológico que se alimenta das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”, esse racismo encrustado em várias nações, sobretudo nas que fizeram parte do sistema colonial, onde as classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças, com a instalação do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como armação justificadora da invasão e domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens”, que por isso mesmo seriam favorecidas com a ocupação de seus territórios e o aniquilamento de suas populações pelas nações

“civilizadas”. Durante o período de 1870 a 1930, é possível constatar na história do Brasil uma clara anuência das ideologias racistas científicas europeias do século XIX, dando à gênese republicana um viés excludente e menos democrático. Por fim, tem-se a última etapa com a tese de uma democracia racial, cujo elemento racialétnico é suprimido da agenda de questões problemáticas do país, nessa compreensão, não seria a desigualdade existente fruto do passado escravista, dado o tratamento diferenciado dado pelo senhor branco português em relação aos demais senhores de países diversos onde houve escravidão.

A batalha contra a discriminação racial é tarefa árdua e os casos de racismo que são noticiados causam perplexidade, porém, ainda são poucos aqueles cidadãos que têm coragem para enfrentar e mudar esta realidade. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas, é claro que houve avanços, porém, são poucos os motivos para se comemorar, cabendo a cada indivíduo a conscientização no intuito de se erradicar de vez essa chaga que é o preconceito racial, a mera existência da legislação não brota transformações estruturais se não for adotada de um movimento de conscientização social, conduzido por diversas frentes, que admita sua concreta aplicação. De nada servem as leis antirracistas, seja no Brasil, na Espanha ou em qualquer outro país, se não houver a transformação da sociedade dentro e fora do campo.

Fernando AC - Graduado em História (PUC SP), Me. Em Ciência Política (FFLCH), Professor de Atualidades de Cursinhos Pré - Vestibulares Populares

Nota de repúdio à aprovação do projeto da Alesp que homenageia o coronel Erasmo Dias

O Centro Acadêmico 22 de Agosto, como instituição sobrevivente das sevícias da ditadura militar, vem, por meio desta nota, expressar sua indignação e abominação pela aprovação, por parte da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de uma homenagem ao Coronel Erasmo Dias.

Caso o projeto de lei seja sancionado pelo Gov. Tarcísio de Freitas, o viaduto da cidade natal (Paraguaçu Paulista) do Coronel passará a levar o seu nome. O Coronel Erasmo Dias foi o responsável por organizar e deflagrar a invasão à PUC em 22 de setembro de 1977. Nesta data, estudantes e militantes do movimento estudantil se encontravam barricados na PUC em ato público pela reorganização da União Nacional dos Estudantes, instituição declarada ilegal pela ditadura.

A invasão teve como resultado a detenção de 854 pessoas, das quais 92 foram fichadas pelo Departamento Estadual

de Ordem Política e Social de São Paulo (órgão responsável pela repressão à oposição e realizador de incontáveis torturas) e 42 foram processadas por subversão, com base na Lei de Segurança Nacional. A resistência pacífica dos estudantes na PUC se tornou, à revelia dos militares, um dos atos mais simbólicos e potentes de oposição à ditadura militar na história brasileira.

A Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sempre esteve ao lado do Estado Democrático de Direito, da luta contra a opressão e o autoritarismo e, portanto, não se calará perante a aprovação de um projeto que homenageia torturadores.

Exigimos ao governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que veto o projeto de lei. Infelizmente, o Estado brasileiro não processou e puniu os algozes que violentaram a democracia e o povo nos longos 21 anos de regime militar.

O ato consciente de anistiar torturadores e organizadores da violência de Estado dá margem para o negacionismo da opressão perpetrada pela ditadura militar e para homenagens cruéis e soturnas como esta.

Ao 22 de agosto não cabe somente a indignação, mas também o dever de se mobilizar, por meio de atos públicos, contra uma homenagem ao responsável pela data mais infame e dolorosa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Não permitiremos uma comenda à memória de um militar torturador. Que a comunidade estudantil se una em memória de Carlos Eduardo Pires Fleury, José Wilson Lessa Sabbag, Maria Augusta Thomaz, Luiz Almeida Araújo e Cilon Cunha Brum, estudantes da PUC mortos e desaparecidos pelo regime ditatorial-militar de 1964. Ditadura nunca mais! Não se cala a consciência de um povo!

Assinem essa nota:

Centro Acadêmico 22 de Agosto - Carlos Eduardo P. Rodrigues - Presidente

Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP

Centro Acadêmico João Mendes Júnior (Direito Mackenzie)

Centro Acadêmico XI de Agosto (Direito USP)

A APROPUC e a AFAPUC somam suas vozes a este manifesto repudiando de forma veemente essa homenagem a um torturador de estudantes e defensores dos direitos humanos, que tanto prejudicou a democracia brasileira. Os ecos da invasão policial à PUC-SP em setembro de 1977 ainda se fazem sentir causando indignação em toda comunidade, especialmente àqueles que sentiram na pele os horrores da violência provocada por este repressor.

LANÇAMENTO DO LIVRO

GIGANTE
AUTOBIOGRAFIA

CONVERSAÇÃO COM O AUTOR:
JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA

05/06
às 17H

AUDITÓRIO PAULO FREIRE / TUCA

TRANSMISSÃO ON-LINE:
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/@DTIAOVIVOPUCSP](https://www.youtube.com/@DTIAOVIVOPUCSP)

realização: nu-sol
programa de estudos pós-graduados
em ciências sociais, puc-sp



Sthefane Matos

Semana debate construção do Jornalismo Sistêmico

Entre os dias 29/5 e 2/6 o Curso de Jornalismo juntamente com o Centro Acadêmico Benevides Paixão realizaram a 45ª Semana de Jornalismo com o tema Para além da Transmídia: a

Construção do Jornalismo Sistêmico.

Na foto acima a Mesa "Dados e Fact-Checking" com Daniel Beamatti, Luiza Queiroz, Pollyana Ferrari e Juliana Mori.